



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS E DOS DADOS SINTÉTICOS DA CONTRATAÇÃO: contratação de empresa especializada para execução de **serviços comuns de engenharia voltados à aplicação de massa asfáltica pré-misturada a frio (PMF) para atender às demandas do Município nos programas de manutenção viária continuada, mediante formação de Ata de Registro de Preços**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO	VALOR TOTAL	VALOR POR M³
01	aplicação de massa asfáltica pré-misturada a frio (PMF) para atender às demandas do Município nos programas de manutenção viária continuada, mediante formação de Ata de Registro de Preços	1406	Serviço em m³	4.752m³	R\$ 5.515.632,33	R\$ 1.160,70

SECRETARIA REQUISITANTE/GESTORA	Secretaria de Infraestrutura e Obras
SECRETARIA FISCALIZADORA	Secretaria de Infraestrutura e Obras
OBJETO	aplicação de massa asfáltica pré-misturada a frio (PMF) para atender às demandas do Município nos programas de manutenção viária continuada (Tapa Buraco)
PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA	Jeferson Pires Aragão
ORÇAMENTO	Jeferson Pires Aragão
CUSTO ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO/DATA-BASE (Art. 23, § 2.º, Lei Federal n.º 14.133/2021)	R\$ 5.300.802,82 i0 Jun/2025
BASE DE PREÇOS PREDOMINANTE	Catálogo EMOP/RJ BDI de 27,59% - DESONERADO
PRAZO (art. 84 da L.14.133/2021)	12 meses prorrogáveis por igual período



MODALIDADE DA LICITAÇÃO (Art. 28, I, da Lei Federal n.º 14.133/2021)	Pregão Eletrônico, via Sistema de Registro de Preços.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	Menor preço global.
REGIME DE EXECUÇÃO	Empreitada por preço global (do metro cúbico aplicado)

- 1.1. Não será permitida a adesão da futura Ata de Registro de Preços por outros entes federativos, senão outras Pastas desta Mesma Administração Pública Municipal.
- 1.2. Os contratos derivados da ARP poderão ser renovados na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº. 14.133/2021.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO: A presente contratação é fundamentada na Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública.

Considerando as necessidades contínuas da Secretaria de Infraestrutura e Obras para atender demandas em logradouros públicos, estradas vicinais e próprios municipais, a aquisição dos materiais citados por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP) se apresenta como a alternativa mais eficiente e econômica. O SRP permite maior flexibilidade e eficiência na gestão dos recursos públicos, garantindo ampla concorrência, economicidade e agilidade na aquisição dos produtos conforme a necessidade. Tal estratégia visa assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços públicos essenciais, como manutenção de vias públicas, drenagem urbana e obras em edificações públicas.

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, estando o procedimento alicerçado no art. 82 e seguintes da L. 14.133/2021.

3. DA JUSTIFICATIVA E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO: A contratação dos serviços comuns de engenharia para aplicação de massa asfáltica pré-misturada a frio (PMF) para atender às demandas do Município nos programas de manutenção viária continuada, mediante formação de Ata de Registro de Preços justifica-se pelas razões relatadas a seguir:



O Município possui usina própria para preparo de massa asfáltica pré-misturada a frio e conta com processos licitatórios próprios para aquisição de itens de manutenção periódica, bom como aquisição de agregados (pó de pedra, areia e brita), além de procedimento próprio para aquisição de emulsão asfáltica RM1C, necessários ao preparo do insumo “massa asfáltica pré-misturada a frio” para utilização nos serviços de manutenção continuada da malha viária do território municipal. No entanto, não dispomos de material humano suficiente e capacitado, tampouco dos equipamentos necessários à realização, a contento, dos serviços de transporte e aplicação de massa asfáltica pré-misturada a frio, razão da necessidade de contratação de tais serviços.

Assim, o material (massa asfáltica) será processado e fornecido por esta municipalidade, sendo, portanto, a contratação restrita à correta e eficiente aplicação.

Trata-se, pois, de serviço continuado e essencial, de manutenção ininterrupta das vias públicas municipais, o que demanda a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de aplicação de massa asfáltica pré-misturada a frio objetivando a manutenção (conservação/recuperação) das vias públicas asfaltadas, nos diversos distritos do município de Nova Friburgo.

O desgaste natural decorrente do uso, agravado sobremaneira pelo alto índice pluviométrico identificado no Município de Nova Friburgo, demanda a manutenção contínua das vias públicas, com o propósito não apenas de permitir a melhor trafegabilidade, mas principalmente de garantir maior segurança no trânsito, com a mitigação dos riscos de acidentes.

Apesar dos mencionados serviços de reparo/manutenção viária representarem com maior expressividade o objeto das demandas desta contratação, poderão ainda ser utilizados os serviços de aplicação de massa asfáltica pré-misturada a frio para realização de serviços de implemento de nova pavimentação asfáltica em pequenos trechos, quando não eleita a utilização de asfalto quente por questões técnicas.

Outrossim, os serviços de aplicação de massa asfáltica pré-misturada a frio também são demandados após serviços de manutenção de rede de águas pluviais em vias asfaltadas, onde os serviços demandam a abertura da via para identificação das manilhas/tubos danificados de modo a permitir sua substituição, devendo o município, após reparo, proceder também com a recuperação do pavimento afetado. Trata-se de demanda bastante recorrente, tendo em vista a idade das redes de águas pluviais existentes no Município, notadamente em razão da existência



de ligações clandestinas de águas servidas, o que compromete a vida útil do manilhamento existente.

Levando em consideração as competências afetas a esta Secretaria de Infraestrutura e Obras, enquanto responsável pela manutenção das vias públicas municipais, se revela essencial a necessidade de manutenção permanente de contratação que tenha por escopo a aplicação de Massa Asfáltica PMF destinada prioritariamente a reparos pontuais em toda a extensão do Município (tapa buraco), uma vez que, aparecendo os buracos nas vias públicas, não pode a Administração Municipal se furtar de suas responsabilidades atinentes à manutenção dos logradouros, aguardando surgirem novos buracos para aí então inaugurar procedimento licitatório específico para atender exclusivamente aquelas demandas catalogadas, o que refletiria uma má prestação do serviço público e acabaria por expor a população a riscos.

A não contratação importará no desgaste prematuro das pavimentações existentes, ante a falta de manutenção adequada, além do aparecimento de grande número de pontos de desgaste (buracos e rachaduras), gerando risco à população e dano ao erário, considerada a responsabilidade civil objetiva por eventuais danos causados a veículos, se identificada inércia ou negligência da Administração Pública Municipal em processos de ressarcimento.

Podemos afirmar, com acurada precisão, que situações como a acima apresentada fazem parte do cotidiano desta Secretaria, sendo os serviços de aplicação de massa asfáltica a frio demandados a todo o tempo, inclusive em razão do baixo custo para manutenção das vias pavimentadas, já que não é economicamente viável ligar/aquecer a usina de asfalto a quente para atender pequenas demandas pontuais, de modo que não seria concebível interpretar de maneira diversa tal situação, já que a manutenção e conservação de vias é um serviço que, definitivamente, jamais se encerra.

Considerando a existência de contratações interdependentes de modo a viabilizar a execução da aplicação de massa asfáltica PMF (aquisição de peças de manutenção da usina, aquisição de agregados, aquisição de emulsão asfáltica), bem como a questão da disponibilidade orçamentária, reduzida neste exercício, não temos como precisar o volume de material a ser aplicado, tanto é que a última contratação atingiu o saldo contratual na metade do tempo, enquanto em outras oportunidades foi necessária renovação/prorrogação sem que o saldo tivesse sido atingido, razões pelas quais elegemos nesta oportunidade a adoção do Sistema de Registro de Preços.



Destacamos, por fim, que apesar da necessidade contínua da contratação, a execução dos serviços pode sofrer períodos e interrupção, com desmobilizações e mobilizações, seja em razão de períodos de chuva, tempo em que não é recomendada a execução dos serviços com PMF, seja em razão da descontinuidade de algum dos demais contratos interdependentes ao de aplicação (materiais de manutenção da usina, agregados ou emulsão asfáltica).

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Dos Itens de Maior Relevância: item 1.19 da planilha orçamentária - "EXECUCAO DE "TAPA-BURACO", UTILIZANDO MISTURA BETUMINOSA".

4.2. Da Sustentabilidade: os serviços prestados deverão, nos termos do art. 170, inciso VI, da Constituição Federal, e do art. 11, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021, incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

4.2.1. As construções e reformas devem seguir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU (Agenda 2030), com destaque para os seguintes:

a) Objetivo 3 – Saúde e Bem-Estar: segundo a OMS, as doenças pulmonares e respiratórias associadas à baixa qualidade do ambiente interno são 03 (três) das 05 (cinco) principais causas de morte. Desta forma, as construções e reformas devem primar por uma iluminação aprimorada e a melhor qualidade do ar e vegetação, características de edifícios sustentáveis, na esteira do Projeto Global *Better Places for People* do *World Green Building Council*, criando-se um mundo em que os edifícios não sejam apenas bons para o meio ambiente, reduzindo a poluição e melhorando a qualidade do ar, mas também ofereçam uma vida mais saudável, feliz e produtiva, beneficiando a saúde dos habitantes das cidades.

b) Objetivo 7 – Energia Limpa e Acessível: os projetos de construção e reforma devem privilegiar um consumo eficiente de energia, bem como o uso de energia renovável.

c) Objetivo 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico: deve ser observado que o crescimento da demanda por construções sustentáveis é proporcional a força de trabalho necessária para entregá-las.



d) Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura: as edificações sustentáveis devem ser projetadas para garantir sua resiliência e adaptabilidade em meio às mudanças climáticas.

e) Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis: a sustentabilidade das comunidades e das edificações deve ser garantida a longo prazo.

f) Objetivo 12 – Consumo e produção responsáveis: as construções e reformas devem promover os recursos e a eficiência energética, a infraestrutura sustentável e o acesso a serviços básicos e empregos “verdes”, privilegiando a indústria de construção civil, a qual tem papel importante na prevenção de resíduos por meio da redução, reciclagem e reutilização – Princípios de “Economia Circular”, em que recursos não são desperdiçados.

g) Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima: considerando que os edifícios são responsáveis por mais de 30% das emissões globais de gases de efeito estufa, segundo a ONU, sendo, portanto, um dos principais contribuintes para as mudanças climáticas, deve-se privilegiar as construções sustentáveis, as quais detém enorme potencial para combatê-las por meio de medidas como a eficiência energética.

h) Objetivo 15 – Vida Terrestre: construções ecológicas atraem a necessidade de reduzir o uso da água, valorizar a biodiversidade e garantir sua proteção, incorporando-a ao espaço durante e após a construção, de modo a minimizar danos e projetar formas de melhorá-la, como o paisagismo com a flora local.

i) Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação: a sustentabilidade do meio ambiente não deve ficar restrita a soluções técnicas, devendo abarcar a colaboração efetiva, garantindo-se que os esforços estejam alinhados para alcançar um impacto positivo muito maior.

4.3. Das Subcontratações Admitidas: serão permitidas, desde que não se refiram às parcelas de maior relevância ou de valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação, observada a norma dos arts. 67 e 122 da Lei Federal n.º 14.133/2021.



5. DAS CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DO OBJETO E MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS

5.1. Na execução dos serviços, deverá haver emissão, pela Contratada, de memória onde fique especificado, dimensionado e situado o serviço realizado, com localização clara dos itens através de croquis e/ou registros fotográficos do local e toda documentação comprobatória da execução dos serviços que se fizer necessária, **com fotos da situação antes, durante e após a execução dos serviços**, com vistas a permitir o cadastramento e a efetivação das medições, anexando-se estes documentos aos autos do processo administrativo de pagamento do objeto ora licitado.

5.1.1. A contratada deverá manter relatório completo e atualizado acerca da execução dos serviços, indicando local (nome da via e bairro), data da aplicação e volume aplicado, o qual deverá ser disponibilizado à fiscalização em até 48 horas sempre que solicitado.

5.1.2. Os pagamentos em favor da contratada serão realizados de acordo com as medições apresentadas mensalmente. As medições levarão em conta o quantitativo do material aplicado pela contratada, em metro cúbico (m³).

5.2. Os serviços serão demandados à futura contratada com antecedência de 24h e deverão ser iniciados às 07:00 da manhã, com a retirada do material asfáltico (PMF) em caminhões com caçamba de aço na Usina do Município, localizada à RJ-150 – Km 02, Alto da Chácara do Paraíso (estrada para o 4º Distrito de Amparo), logo após a usinagem, para transporte até os pontos de aplicação.

5.2.1. As quantidades mínimas de aplicação diária serão determinadas a critério da fiscalização, para uma ou mais frentes de trabalho caso haja necessidade, sendo certo que o volume pode variar para mais ou menos, a depender das demandas, do clima e da disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

5.5.2. Os serviços deverão ser executados atendendo às normas técnicas vigentes e as recomendações técnicas de reparação de pavimentos, previstas no manual de Conservação Rodoviária do D.N.I.T. (Especificações: D.N.I.T - 031/2.006, D.N.I.T - 153/2.010 e D.N.I.T



145/2.010), bem como as orientações técnicas da ABNT, seguindo especialmente a seguinte metodologia:

1. Reenquadramento do buraco/trecho danificado com serra diamantada, ou outros equipamentos adequados ao trabalho;
2. Preparo da superfície do buraco/trecho danificado, inclusive com a varrição das bordas e remoção dos detritos (pó, terra, pedras, lama, água, etc.);
3. Execução de pintura de ligação com emulsão (fornecido pela municipalidade);
4. Aplicação de concreto asfáltico;
5. Para buracos com profundidade acima de 7(sete) cm e inferior a 10(dez) cm, a compactação da mistura aplicada deverá ser realizada em duas camadas;
6. Remoção do material excedente e restos de entulho;
7. Os resíduos oriundos dos serviços de limpeza e reenquadramento deverão ser recolhidos e retirados imediatamente após a conclusão dos trabalhos, não podendo permanecer no local após o a completa execução do serviço;
8. A remessa, a descarga e o transporte e a disposição final dos resíduos deverá ser efetuada pela Contratada em local aprovado e licenciado;
9. Demais métodos executivos pertinentes, aplicáveis aos leitos carroçáveis, previstos nas normas técnicas em vigor à época da execução dos serviços;
10. Deve ser promovida a sinalização do local em conformidade com as normas vigentes, devendo ser tomadas todas as medidas para garantir a segurança dos trabalhadores envolvidos no processo construtivo bem como da população;
11. No caso de regularização das atuais vias com paralelepípedos, este material deverá ser mantido, e assim servirão como base de via, sendo executados apenas serviços de regularização para diminuição de depressões e/ou elevações;
12. A camada betuminosa será compactada através de rolo liso ou placa vibratória, conforme a melhor técnica de engenharia para as demandas específicas;
13. A CONTRATADA deverá fornecer todos os equipamentos necessários, ferramentas, mão de obra, EPI'S, sinalizadores, etc.
14. Natureza da Contratação: Importa registro que o serviço a ser contratado é de execução continuada, tendo em vista que sua paralisação, acaso ocorra, acarretará incalculável prejuízo ao bom andamento das atividades de manutenção viária, competência desta Secretaria de Infraestrutura e Obras, conforme orientação contida no Item 3.3, "b", anexo III, da IN nº 05/2017 e art. 15 da mesma norma, a seguir colacionado:

Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua,



por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

5.3. Condições Mínimas para a Contratação:

5.3.1. Realização, pela Contratada, de medições com base nos serviços efetivamente realizados, acompanhadas das memórias de cálculo e de relatório fotográfico contendo a indicação dos locais da execução dos serviços conforme parágrafo 5.1.

5.3.2. A Contratada deverá disponibilizar equipamentos, veículos, ferramentas e o que mais se fizer necessário para a execução integral dos serviços, devendo os equipamentos, combustível, veículos e ferramentas estarem em perfeitas condições de limpeza, uso e manutenção, obrigando-se a Contratada a substituir em até 72 horas aqueles que não atenderem às exigências, mediante notificação da fiscalização.

5.3.3. Para efeito das contratações, considera-se frente de trabalho a estrutura a ser disponibilizada pela detentora na quantidade necessária à aplicação do material asfáltico em condição compatível com a presente especificação técnica.

5.3.4. Fica a critério da detentora a utilização de equipamentos e mão de obra adicional àqueles previstos na planilha orçamentária analítica, visando à otimização dos serviços, sem que isso importe em aumento do custo do serviço final à Administração.

5.3.5 Os veículos/equipamentos deverão atender às normas exigidas pela legislação de trânsito.

5.3.6. Para a execução dos serviços de corte, reenquadramento e preparo das superfícies deverão ser utilizados máquina cortadora de piso, caminhões basculantes ou carrocerias e rolo compactador para perfeita compactação do material complementar a ser utilizado como base, tudo conforme planilha orçamentária analítica.



5.3.7. Todos os veículos utilizados na prestação dos serviços deverão ter seus respectivos Certificados de Registro de Veículos – CRV expedidos e válidos, conforme legislação em vigor.

5.3.8. No caso de ocorrência de apreensão de algum veículo/equipamento, as despesas de retirada, guincho e outras correrão EXCLUSIVAMENTE por conta da contratada.

5.3.9. Os veículos deverão conter nas portas, adesivo ou pintura com o nome da contratada e um número de telefone para eventuais reclamações.

5.3.10. Os Caminhões deverão conter, em ambos os lados da carroceria, placas com o BRASÃO da PMNF no canto esquerdo, bem assim com os seguintes dizeres: A SERVIÇO DA P.M.N.F. – CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTOS;

5.3.11. A empresa vencedora do certame ficará obrigada a apresentar cópia dos documentos dos caminhões/equipamentos, os quais deverão ser entregues sempre que solicitado pela fiscalização, no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

5.3.12. Além das condições previstas neste Edital será verificada, em vistoria visual realizada pelo Fiscal do Contrato, a isenção de avarias e defeitos graves aparentes na cabine, falta de lanternas de sinalização e sinalizadores, bem como adaptações inadequadas que afetem as características dos veículos/equipamentos e possam comprometer a execução dos serviços, o que deverá ser corrigido.

5.3.13. A contratada responsabiliza-se integralmente por todo e qualquer acidente porventura ocorrido durante a execução dos serviços, seja em relação a outros bens ou equipamentos de terceiros, seja em relação a qualquer pessoa, funcionário ou transeunte, afastando qualquer espécie de responsabilidade civil da Administração Pública Municipal, seja solidária ou subsidiária.

5.3.14. Os locais onde serão realizados os serviços deverão estar devidamente sinalizados em acordo com as normas vigentes, devendo ser tomadas todas as medidas para garantir a segurança dos trabalhadores, pedestres e demais usuários das vias.



5.3.15. A Contratada deverá fornecer e exigir dos seus funcionários o uso de uniformes, bem como de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor, além dos que forem solicitados pela fiscalização mediante indicação prévia do setor próprio de medicina e segurança do trabalho.

5.3.16. São equipamentos de proteção individuais e coletivos essenciais à execução dos serviços: capacete, óculos de segurança, colete de sinalização, cone de sinalização, botina, luva de raspa, respirador semifacial descartável, bandeirola, protetor solar, protetor auditivo e os demais previstos nas normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.

6. DA FORMA E DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

6.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO via SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

6.2. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação do item específico de aplicação de massa asfáltica PMF por metragem cúbica aplicada, conforme planilha de composição elaborada pela Secretaria de Infraestrutura e Obras, adotando-se itens de planilhas referenciais oficiais.

6.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- I.** SICAF;
- II.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- III.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

6.4.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa,



a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.4.2. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.4.3. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.4.4. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

6.4.5. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.4.6. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

6.4.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.4.8. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.4.9. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7. DA HABILITAÇÃO: para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos abaixo discriminados.



7.1. Da Habilitação Jurídica

- a)** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de Lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.
- b)** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- c)** Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.
- d)** Sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- e)** Sociedade empresária estrangeira: Portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
- f)** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- g)** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- h)** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro 1971.



7.1.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.1.2. A documentação a ser apresentada pelo licitante fica limitada à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.

7.1.3. Devem ser apresentadas certidões de registro do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), que habilite a empresa nos ramos de engenharia civil ou arquitetura com validade para o presente exercício. Caso a licitante seja de outro Estado da federação, será necessário o visto do CREA/CAU-RJ, quando da assinatura do contrato.

7.2. Da Habilitação Técnica

7.2.1. A licitante deverá apresentar profissional, regularmente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica (**Certidão de Acervo Técnico – CAT**) por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação, demonstrando-se sua aptidão por já haver sido responsável técnico por atividade pertinente, compatível ou de características semelhantes com o objeto da Licitação.

7.2.2. Para fins de comprovação de **capacidade técnico-operacional** da empresa, deverá ser apresentado atestado firmado por órgão público ou por empresa privada, devidamente certificados pela entidade profissional competente, com correspondente ART ou RRT vinculada, comprovando haver a empresa licitante executado serviços de características semelhantes e de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à da presente licitação, **OU** documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei nº. 14.133/2021.

7.2.2.1. Será dispensada a CAO (Certidão de Acervo Operacional), inovação trazida pela nova lei geral de licitações e contratos administrativos e recentemente regulamentada pelo CONFEA (RESOLUÇÃO Nº 1.137, DE 31 DE MARÇO DE 2023), em razão da complexidade de sua consecução junto aos órgãos de classe, o que tem motivado



a desclassificação de diversos licitantes, afastando o princípio basilar da competitividade nas contratações públicas.

7.2.3. A licitante deverá indicar o pessoal técnico, as instalações e o aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como a qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

7.2.4. A licitante deverá comprovar o atendimento de requisitos previstos em Lei especial, quando for o caso.

7.2.5. A licitante deverá comprovar seu registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso.

7.2.6. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7.2.7. A exigência de atestados será restrita ao item de maior relevância técnica e financeira da formação da ARP, referente ao item 1.19 da planilha orçamentária - "EXECUCAO DE "TAPA-BURACO", UTILIZANDO MISTURA BETUMINOSA".

7.2.8. Observadas as determinações dos itens 7.2.1 e 7.2.2, deverão ser apresentados atestados com quantidades mínimas de 30% (trinta por cento) das parcelas de que trata o item 7.2.7, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

7.2.8.1. Será admitida para fins de comprovação de quantitativo mínimo a apresentação e o somatório de diferentes atestados de forma concomitante.

7.2.9. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

7.2.10. Os profissionais indicados pelo licitante por ocasião do atendimento aos itens 7.2.1 e 7.2.3, deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, sendo excepcionalmente admitida a substituição tão somente por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente submetida formalmente à Administração para análise e aprovação.



7.2.11. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista no item 7.2.5. por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

7.2.12. Será admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico referido nos itens 7.2.1 e 7.2.3.

7.2.13. O edital poderá prever, para aspectos técnicos específicos, que a qualificação técnica seja demonstrada por meio de atestados relativos a potencial subcontratado, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, hipótese em que mais de 01 (um) licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado.

7.2.14. Na documentação de que trata o item 7.2.1., não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do *caput* do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021 em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

7.2.15. O cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado será avaliada pelo contratante, que emitirá documento comprobatório da avaliação realizada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, o que constará do registro cadastral em que a inscrição for realizada.

7.3. Da Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

7.3.1. Para as habilitações fiscal, social e trabalhista, serão verificados os seguintes requisitos:

- a)** inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
- b)** inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.



c) regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.

d) regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

e) regularidade perante a Justiça do Trabalho.

f) cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7.º da Constituição Federal.

Parágrafo único: Os documentos acima referidos poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

7.3.2. A comprovação de atendimento do disposto nos itens 'c', 'd' e 'e' do parágrafo 7.3.1. deverá ser feita na forma da legislação específica.

7.4. Da Habilitação Econômico-Financeira

7.4.1. Com vistas a demonstrar e comprovar a aptidão econômica do licitante no cumprimento das obrigações decorrentes do futuro contrato, de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, deverá ser apresentada a seguinte documentação:

a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, devendo comprovar:

Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$



$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação, capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente.

b) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

7.4.2. A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

7.4.3. Para o atendimento do disposto no parágrafo 7.4.1., é vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.

7.4.4. É admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

7.4.5. A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

7.4.6. É vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.



7.4.7. Os documentos referidos no item 'a' do parágrafo 7.4.1. limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos.

7.5. Da Vistoria

7.5.1. Considerando a natureza da contratação dos serviços comuns de engenharia para aplicação de massa asfáltica PMF (tapa buraco), os quais podem ser executados em quaisquer vias públicas dentro do território do Município de Nova Friburgo, é dispensada na presente licitação a realização de vistoria.

7.6. Das Formas de Apresentação da Documentação

7.6.1. A documentação referida no título 7 – DA HABILITAÇÃO, poderá ser:

- a)** Apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Lei.
- b)** Substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei.
- c)** Dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

7.6.2. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal.

8. DOS CRONOGRAMAS APRESENTADOS E PAGAMENTOS A SEREM EFETUADOS

8.1. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome de:

MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

CNPJ: 28.606.630/0001-23



ENDEREÇO: Avenida Alberto Braune, 225, Centro, Nova Friburgo.

8.2. Da liquidação da despesa:

8.2.1. A liquidação será realizada pela Secretaria de Fazenda, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023 ou outro que vier a substituí-lo.

8.3. Do pagamento da despesa:

8.3.1. O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023 ou outro que vier a substituí-lo, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- a) Negativa de Débitos Trabalhistas;
- b) Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- c) FGTS;
- d) PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- e) Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- f) Estadual CND – referente ao ICMS.

8.3.2. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

8.3.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado no regulamento acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

8.3.4. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

8.5. Os pagamentos serão efetuados conforme a legislação de regência.



8.6. Quando da apresentação das medições, deverá ser observado o normativo incidente, bem como a manutenção da regularidade fiscal ao longo do contrato.

8.7. Não serão concedidos reajustes contratuais quando não houver o cumprimento do cronograma proposto pela Administração, não justificado pela fiscalização.

8.8. Na hipótese de atraso no pagamento pela Administração, a aplicação de atualização do valor deverá atender, inicialmente, a legislação que rege a matéria e o menor índice legal previsto.

8.9. Não será admitida a cessão de crédito pela Contratada.

9. DO REGIME DE GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. Considerando tratar-se de execução de serviços comuns de engenharia, a serem eventualmente e futuramente contratados, mediante demanda e disponibilidade orçamentária e financeira, cujos pagamentos são realizados tão somente em relação àqueles serviços prestados a contento, dispensa-se a exigência de garantia de execução.

10. DA GESTÃO DO CONTRATO

10.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e a legislação residual incidente, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, seu prazo de vigência será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente.



10.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada deverão ser realizadas por escrito, sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5. Após a assinatura do Contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial com vistas a apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10.6. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do Contrato, ou pelos respectivos substitutos, a serem indicados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras no momento oportuno, após ratificação da Ata de Registro de Preços e/ou contrato dela decorrente, mediante publicação de Ordem de Serviço no Diário Oficial Eletrônico do Município, observado o art. 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

10.7. O fiscal técnico do Contrato acompanhará a sua execução, para que sejam cumpridas todas as condições nele estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração Pública.

10.8. O fiscal técnico do Contrato anotará no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, observado o art. 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

10.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do Contrato emitirá notificações para a correção da execução contratual, determinando prazo para a correção.

10.10. O fiscal técnico do Contrato informará ao gestor, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.



10.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução contratual nas datas aprazadas, o fiscal técnico do Contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor.

10.12. O fiscal técnico do Contrato comunicará ao gestor, em tempo hábil, o término do Contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

10.13. O gestor do Contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais, de todas as ocorrências relacionadas à execução contratual e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

10.14. O fiscal administrativo do Contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

10.15. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do Contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor, para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

10.16. O gestor do Contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do Contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do Contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração.

10.17. O gestor do Contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

10.18. O gestor do Contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.



10.19. O gestor do Contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização com vistas à aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

10.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

10.21. O gestor do Contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de Contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do Contrato.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.5. Fraudar a licitação

11.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial



quando:

11.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. Advertência;

11.2.2. Multa;

11.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. As peculiaridades do caso concreto

11.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 30% do valor do contrato licitado

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de



multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Nova Friburgo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3 caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu



recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços que forem pactuados neste procedimento licitatório serão irrevogáveis.

12.2. Todavia, no caso de renovação de contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços que ultrapassarem o período de 12 meses, o contratado fará jus ao reajuste contratual anual, o qual terá como base a variação mensal acumulada do Índice Nacional da Construção Civil (INCC-DI), publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) tendo a periodicidade anual do reajustamento data-base vinculada à data do orçamento estimado, na forma do art. 25, §7º c/c 92, §3º, da L. 14.133/2021, implementada na forma do art. 136, I, do mesmo diploma.

12.3. As partes convencionam que o prazo decadencial para o Contratado solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na Unidade Protocoladora do órgão contratante, é de 90 (noventa) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211, do Código Civil.

13. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

13.2. A Contratação será atendida pela seguinte dotação:

GESTÃO / UNIDADE	Secretaria de Infraestrutura e Obras
FONTE DE RECURSOS	172000000017
PROGRAMA DE TRABALHO	10001.1545200131.015



ELEMENTO DE DESPESA	4.4.9.0.51.04
----------------------------	---------------

13.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13.4. O orçamento deve estar conformado com o Plano Anual de Contratações, objetivando-se, sobretudo, a sustentabilidade financeira do Município.

14. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

14.1. Considerando tratar-se de serviço contínuo de aplicação de massa asfáltica PMF para execução dos programas de manutenção viária, cujas medições são realizadas exclusivamente em relação ao volume de material aplicado nas diversas vias e logradouros do território municipal, inexistindo um escopo/objeto único a ser entregue, não há como parametrizar termo de recebimento provisório ou definitivo.

14.2. Das condições de qualidade dos serviços

14.2.1. Deverão ser atendidos os preceitos da Lei 10.406/2002 (Código Civil) e da Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), bem como os artigos 89 e 119 da Lei n.º 14.133/2021 e jurisprudência do TCU, bem como as orientações técnicas do IBRAOP e demais normas técnicas, em especial a ABNT NBR 15.575 – norma de desempenho.

14.2.2. A responsabilidade do construtor por defeitos precoces nos serviços de engenharia é objetiva e atinge também os projetistas ou empresas de consultoria, cabendo-lhes eventuais provas de exclusão de culpabilidade, que devem se limitar tão somente às alegações de: caso fortuito, motivo de força maior, culpa exclusiva de terceiros e inexistência do defeito.

14.2.3. Em caso da necessidade de reparos e sem haver contestações a esse respeito, a Administração Pública deve se certificar de que as soluções apresentadas pela empreiteira responsável sejam as mais adequadas para garantir que os serviços não sejam meramente paliativos, ou seja, que durem pelo menos pela vida útil média da intervenção.



14.2.4. Caso a empreiteira responsável encaminhe uma peça de defesa, a Administração Pública deve analisá-la, emitindo relatório técnico que, concluindo pela sua procedência, recomende o arquivamento do processo, ou, concluindo pela improcedência, fundamente nova notificação ao executor, desta feita para o início imediato dos serviços. Essa nova notificação deve ser acompanhada de planilha orçamentária que descreva os serviços a serem executados, com suas respectivas quantidades e preços.

14.2.5. Caso os reparos não sejam iniciados pela empreiteira no prazo estabelecido na notificação, a Administração Pública poderá solicitar demanda do devido processo judicial (para a Procuradoria-Geral da unidade federativa ou outro Órgão de equivalente função).

14.2.6. Não há impedimento, em casos urgentes, que a Administração Pública execute os serviços de reparação, para posterior ressarcimento da contratada à Administração Pública. Nesse caso, deve comunicar previamente o fato, informando do respectivo orçamento à empreiteira responsável, para posterior ressarcimento dos cofres públicos.

14.2.7. Dado o regular transcurso do processo administrativo ou judicial, bem com a urgência de se iniciarem os reparos, uma vez que sua postergação acarreta o agravamento dos defeitos e perigo ou desconforto aos usuários, deve-se também requisitar um pedido de antecipação de tutela e a arbitragem de uma multa diária pelo não cumprimento.

15. DA GARANTIA DA PROPOSTA E SUA VALIDADE

15.1. As licitantes deverão prestar garantia/caução no valor de **0,5% (meio por cento) do valor global orçado pelo Município**, com prazo de validade da proposta de, no mínimo, 90 (noventa) dias, como condição de participação neste certame licitatório, conforme art. 58 e §1º do art. 96, da Lei Federal nº. 14.133/2021, podendo a licitante optar por uma das seguintes modalidades: CAUÇÃO EM DINHEIRO, TÍTULO DA DÍVIDA PÚBLICA, SEGURO GARANTIA, FIANÇA BANCÁRIA OU TÍTULO DE CAPITALIZAÇÃO.

15.2. A licitante deverá, como condição para participação, apresentar comprovação da prestação da garantia prevista nesta cláusula.



15.3. Caso a garantia prestada seja efetuada em dinheiro, o recolhimento far-se-á por depósito bancário na Conta Corrente n°. 65878-2, agência n°. 0335-2, Banco 001 – Banco do Brasil.

15.4. Os títulos de dívida pública, somente serão aceitos como garantia, desde que comprovada sua escrituração em sistema centralizado de liquidação e custódia, pelo seu valor econômico, conforme definido pelo Ministério da Fazenda (artigo 61, da Lei de Responsabilidade Fiscal).

15.5. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

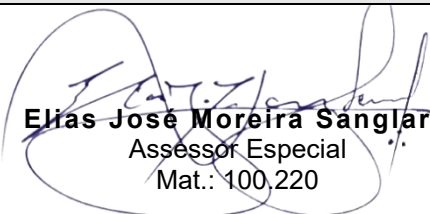

15.6. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada da planilha de composição dos custos e formação de preços, em que pese o serviço a ser registrado compor item único a ser medido por m³ de massa asfáltica PMF aplicada.

16.2. O presente Termo de referência foi elaborado pela Secretaria Municipal Requisitante.

Nova Friburgo/RJ, 12 de maio de 2025.

ELABORADOR:	APOIO TÉCNICO:
 Elias José Moreira Sanglard Assessor Especial Mat.: 100.220	 Jeferson Pires Aragão Subsecretário Municipal de Infraestrutura Pública Matrícula 63.784

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal n° 14.133/21, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
Secretaria de Infraestrutura e Obras
Subsecretaria de Infraestrutura e Obras

Anexo I

Bernardo Coelho Verly
Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras
Matrícula 62.009